

Alinhamento automático com os Estados Unidos na política externa brasileira e seus desdobramentos: Uma análise comparativa entre os governos Dutra (1946-1951), Castello Branco (1964-1967) e Bolsonaro (2019-2022)

Ana Júlia Oliveira Sponchiado [†] Camilla Silva Geraldello [‡]

[†]Centro Universitário Moura Lacerda

[‡]Centro Universitário Moura Lacerda / Universidade de Ribeirão Preto

*Autor correspondente. E-mail: anajuliasponchiado65@gmail.com

Resumo

No decorrer da trajetória da política externa brasileira, observa-se que em determinados períodos foram promovidos esforços para um alinhamento incondicional com os Estados Unidos. Esse fenômeno esteve presente durante os governos de Eurico Gaspar Dutra, de Humberto de Alencar Castello Branco e de Jair Messias Bolsonaro. O presente artigo tem como objetivo apresentar as perspectivas gerais da política doméstica implementada por Dutra, Castello Branco e Bolsonaro, bem como, analisar as ações promovidas pelos três governos, no que diz respeito ao relacionamento do Brasil com os Estados Unidos. Para a realização do estudo foi utilizada coleta de dados documentais e revisão bibliográfica, como também, análise comparativa a fim de observar as semelhanças e diferenças das medidas empregadas pelos três presidentes. A partir das análises entre os governantes, observa-se que seus discursos e práticas foram similares, na medida em que presenciaram um momento de polarização da sociedade brasileira, e como efeito, buscaram a aceitação popular por meio da reorientação dos rumos da política. Esse cenário se reflete na política externa, com o direcionamento de relações para os Estados Unidos.

Palavras-chaves: Política Externa; Política Doméstica; Alinhamento; Brasil; Estados Unidos

1. Introdução

Historicamente, o relacionamento com os Estados Unidos foi uma agenda determinante na orientação da política externa brasileira. Nesse sentido, as relações entre os dois países adquiriram uma grande importância ao longo dos anos, e como efeito, foram capazes de formar um paradigma diplomático: o americanismo. Dessa maneira, o paradigma americanista, inicia-se na gestão de Barão do Rio Branco, e esteve presente

em determinados governos brasileiros, de modo que a aproximação com os Estados Unidos passa a representar o eixo das ações da política externa.

O apogeu do americanismo foi observado durante a liderança dos presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946–1951), Humberto de Alencar Castello Branco (1964–1967) e de Jair Messias Bolsonaro (1919–2022). Esses governantes foram responsáveis por estabelecer um alinhamento incondicional aos estadunidenses, e de modo geral, buscaram seguir as diretrizes e os valores propostos por Washington. Esperava-se que a partir dessas sólidas relações, o Brasil alcançaria uma cooperação com os Estados Unidos, com a finalidade de atender a demandas econômicas, militares e sociais do país.

Contudo, os esforços para o estreitamento entre os dois países não atenderam aos efeitos esperados. As expectativas para um auxílio norte-americano ao governo brasileiro foram frustradas, de forma que as promessas realizadas não se concretizaram em ações práticas e os ganhos obtidos ficaram aquém do previsto.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo abordar as perspectivas da política doméstica e do relacionamento Brasil-Estados Unidos durante os governos de Dutra, Castello Branco e Bolsonaro. Dessa forma, buscou-se, por meio do conceito de americanismo, abordar as políticas domésticas e o relacionamento Brasil-EUA dos três presidentes para analisar e comparar as ações implementadas pelos três governantes, além de observar as circunstâncias para os resultados malogrados durante o alinhamento entre os dois países.

2. O Americanismo como paradigma da política externa brasileira

O estudo da política externa brasileira é caracterizado pela constituição de paradigmas, os quais são determinados a partir da observação de acontecimentos históricos, escolhas, práticas e linhas de ação ao longo dos governos. Com isso, a partir do século XX, observa-se a identificação de dois paradigmas dominantes que surgem a partir da gestão de Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902–1912). Dessa maneira, as relações exteriores do Brasil são delimitadas por meio dos espectros *americanista* e *globalista* (*universalista*) (Mariano 2015).

O *americanismo* teve seu surgimento a partir da política externa adotada por Rio Branco e Joaquim Nabuco¹, de modo que este último afirmava que “a nossa diplomacia de entrelaçamento com os Estados Unidos vale mais do que a maior esquadra e o maior exército que pudésemos ter” (Nabuco 2011). Através desse paradigma, os Estados Unidos são definidos como a base para as ações da política externa. Nesse sentido, uma aproximação com Washington permitiria uma elevação dos ganhos em recursos, que consequentemente, aumentaria nossa capacidade de negociação (Pinheiro 2000).

O *globalismo* teve seu marco com a Política Externa Independente (PEI), 1961–64, de modo que focaliza na diversificação das relações exteriores do Brasil, com o intuito de possibilitar um maior poder de negociação frente ao mundo. Em vista disso,

1. Joaquim Nabuco (1849–1910) foi um advogado, jornalista e diplomata brasileiro. Foi atuante na luta antiescravista e em 1905 assume o posto de primeiro embaixador no Brasil em Washington. Nos EUA, conquistou uma grande admiração do presidente Theodore Roosevelt e do secretário de Estado Elihu Root, que como efeito, permitiu uma aproximação entre os dois países ao longo das décadas seguintes (Nabuco 2011).

possui uma essência pluralista a fim de garantir um aproveitamento pragmático das oportunidades (Pinheiro 2000).

Ademais, o paradigma americanista possui uma classificação de acordo com suas nuances. Logo, o *americanismo ideológico* é formado por meio de fatores de caráter normativo-filosófico, bem como, do apontamento de uma afinidade ideológica entre Brasil e Estados Unidos, que justificariam o alinhamento (Pinheiro 2000). Essa perspectiva muitas vezes é apresentada como “ingênuo”, uma vez que é movida por ideologias e por motivações partidárias (Silva 1995).

Outro modo de classificar os Estados Unidos como eixo das relações, é o *americanismo pragmático*. Este, por sua vez, defende uma aliança entre os dois países, com o objetivo de garantir possíveis vantagens, a partir do estabelecimento de ferramentas predominantemente instrumentais.

Sob essa ótica, nota-se que o *americanismo ideológico* teve uma breve passagem ao longo da política externa brasileira, na medida em que se entende que a tradição diplomática do Brasil se guia pela busca da autonomia. Portanto, as próximas seções visam analisar as particularidades de determinados governos que se caracterizaram pela adoção de um alinhamento automático e ideológico com os norte-americanos. Dessa forma, serão apontadas as prováveis motivações para que Dutra, Castello Branco e Bolsonaro implementassem esse paradigma, uma vez que ia em desconcerto com os pressupostos defendidos pela diplomacia brasileira.

3. Perspectivas gerais da política doméstica dos governos Dutra, Castello Branco e Bolsonaro

3.1 Governo Dutra (1946-1951)

Em 1945, Getúlio Vargas é destituído do cargo de presidente, em razão do resultado de um jogo político conturbado. Após a sua renúncia, é realizado um processo de redemocratização, caracterizado por uma série de contradições, mas que estabelece uma campanha para novas eleições a partir daquele ano. Em vista disso, os principais candidatos foram o General Eurico Gaspar Dutra, pertencente ao Partido Social Democrático (PSD), que possuía muitos elementos do antigo governo, e o Brigadeiro Eduardo Gomes, concorrente pela União Democrática Nacional (UDN), formada basicamente por opositores de Vargas (Mendes 2012).

Dessa maneira, Dutra é eleito o novo presidente do Brasil, de modo que sua vitória é motivada especialmente pelo apoio de Vargas, o qual contava com uma ampla aceitação popular, mesmo após sua saída da presidência (Fausto 2019). Assim, o governo do general foi representado por um forte caráter conservador e pautado em feições liberais com expectativas de um auxílio dos Estados Unidos (Cervo e Bueno 1992).

No tocante à economia, inicialmente o governo adota um modelo liberal. Nesse sentido, os antecedentes a esse período apresentavam uma situação cambial favorável, uma recuperação econômica das exportações brasileiras após a Segunda Guerra Mundial, um forte alinhamento baseado em promessas de ajuda financeira dos Estados Unidos e a realização dos Acordos de Bretton Woods em 1944 (Reigoto 2017).

Sob essa ótica, a perspectiva econômica adotada foi fundamentada nas diretrizes dos acordos, que defendiam uma economia guiada pela iniciativa privada e liberdade dos mercados. Logo, as medidas implantadas pelo governo varguista foram amplamente

criticadas e a intervenção estatal condenada. Ao longo do governo de Dutra, a ideologia pautada na abertura comercial e financeira do país nunca foi abandonada.

Durante a presidência de Dutra, ocorre uma forte repressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em virtude do ideário conservador do governo, do crescimento do partido ao longo dos anos e da modificação das relações entre as grandes potências. Dessa forma, os acontecimentos da Guerra Fria reverberam no Brasil e diversas ações foram tomadas a fim de conter a possibilidade de uma ameaça comunista no país (Fausto 2019).

As expectativas para o próximo sucessor presidencial estavam presentes antes de Dutra finalizar seu mandato. Sob essa perspectiva, Getúlio Vargas ainda possuía um grande apoio da população, de modo que o ex-presidente também construiu um forte relacionamento com diferentes políticos brasileiros, que desejavam o seu retorno. Com isso, Vargas é eleito para a presidência em 1951, apesar de Dutra negar apoio a sua candidatura (Fausto 2019).

A destituição de um antecessor não foi um fenômeno presente somente nesse período. Em meados dos anos 1960, Castello Branco, então presidente do Brasil, presenciou a deposição de João Goulart, acontecimento marcado pela insatisfação de parcela da população e da ascensão de ideais ideológicos e conservadores, os quais foram responsáveis pela eclosão do golpe militar brasileiro.

3.2 *Governo Castello Branco (1964-1967)*

No dia 31 de março de 1964 foi realizado o golpe civil-militar no Brasil, que destituiu o então presidente, João Goulart (Jango). Isto porque, os meios militares observavam o governo de Jango com maus olhares, em razão dos excessos cometidos durante seu mandato. No grupo responsável por realizar críticas e planejar a retirada do poder do governante, estava o chefe do Estado-Maior do Exército – o General Humberto de Alencar Castello Branco (Fausto 2019).

O golpe foi possível devido à perda de legitimidade e ao apoio de diferentes esferas da sociedade brasileira (como políticos, oficiais militares, empresários e religiosos) de Jango. Esse fato se deve à crise econômica do período, caracterizada pela alta inflação, endividamento externo e problemas na balança de pagamentos, a aproximação com a baixa patente das Forças Armadas e com trabalhadores organizados, que inflaram a ideia de conspiração por parte dos militares e a implementação de reformas de base, especialmente a reforma agrária (Simões 2010).

Em suma, a crise econômica somada à instabilidade política da época fundamentou a justificativa do golpe de 1964. Inicialmente, estabeleceu-se o Ato Institucional I, que tinha como propósito promover a eleição de maneira indireta pelo Congresso Nacional de um novo presidente. Assim, Castello Branco é escolhido, com o discurso de livrar o país da corrupção e da ameaça comunista, bem como, de implementar uma democracia restringida, baseada no liberalismo econômico e de aproximação com o bloco ocidental (Simões 2010). Além disso, era necessário enfrentar o caos econômico deixado por Goulart, tendo em vista o controle inflacionário e o equilíbrio das contas externas (Doratioto et al. 2022).

Dessa maneira, no aspecto econômico foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Sua finalidade era a promoção de uma estabilização da economia,

por meio do combate à inflação e de reformas na área tributária e financeira. Para mais, o PAEG pretendia retomar o crescimento e desenvolvimento econômico, corrigir as disparidades regionais e setoriais, estabilizar os preços e diminuir o déficit na balança de pagamentos. Assim, o Estado intervém fortemente na economia, de modo que a inflação é reduzida e o crescimento econômico consegue ser reavivado (da Silva 2011).

No plano político, o governo de Castello Branco foi responsável pelo estabelecimento de outros dois Atos Institucionais: o AI-2 e o AI-3. O primeiro foi caracterizado pela extinção da pluralidade de partidos, tendo em vista a possibilidade da existência de somente dois movimentos políticos: a ARENA e o MDB. Já o AI-3 instituiu que as eleições para governador também se dariam de maneira indireta. Em função disso, ocorre um forte processo de repressão de grupos opositores, assim como, a cassação de mandatos de políticos contrários ao regime (Torres, Medeiros e Pimenta 2019).

O governo castelista foi responsável por estabelecer uma nova constituição para o país, em 1967. Esta procurou institucionalizar e legalizar o regime militar, bem como, ampliar os poderes do Executivo sob os demais poderes. Com o fim do governo de Castello Branco, sua base não consegue fazer um novo sucessor e Artur Costa e Silva é eleito para a presidência (Fausto 2019).

A situação econômica anterior a implementação da ditadura brasileira foi caracterizada por uma forte recessão, diminuição do crescimento e dificuldades inflacionárias e do controle dos gastos públicos. Outro momento marcado por esse fenômeno foi o segundo mandato de Dilma Rousseff, já no período após a redemocratização. Os índices econômicos negativos foram parte dos fatores responsáveis pelo descontentamento aos governos do PT, que como efeito, acarretaram à ascensão da extrema direita no cenário brasileiro.

3.3 Governo Bolsonaro (2019-2022)

No século XXI, o Brasil pós-redemocratização foi acometido por uma crise política e econômica. A perspectiva econômica negativa, os ajustes fiscais controversos e a operação Lava Jato suscitaram o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016. Com a saída de Dilma, é estabelecido o governo do (vice) presidente Michel Temer, político ligado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de centro.

Ao final do governo de Temer inicia-se o processo eleitoral de 2018, o qual foi caracterizado por uma forte polarização no país. Ademais, foi marcado pelo uso indevido das redes sociais para a promoção de notícias e informações falsas sobre a campanha de determinados políticos (Doratioto et al. 2022). Nesse sentido, surge a figura de Jair Messias Bolsonaro, candidato pouco conhecido no cenário nacional e que adotava uma postura de oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), além de tecer críticas à corrupção no sistema brasileiro (Lima e Albuquerque 2019).

Desse modo, a disputa para a presidência ficou entre Jair Bolsonaro, associado ao Partido Social Liberal (PSL) e Fernando Haddad, concorrente pelo PT, em razão da inviabilização da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, o qual foi preso em 2018 sob acusações de corrupção levantadas pela Operação Lava a Jato (Doratioto et al. 2022).

Bolsonaro vence as eleições a partir da disseminação de fakes news, que descredibilizaram a oposição, e do discurso ideológico-conservador, que fazia um apelo ao

resgate dos valores cristãos e ocidentais direcionados à família. Além disso, há um forte apoio às Forças Armadas e sua participação na política, uma vez que o presidente é um ex-militar do Exército brasileiro (Doratioto et al. 2022), assim como Dutra e Castello Branco.

No plano social, as diretrizes do novo governo foram baseadas nas ideias de Olavo de Carvalho ², as quais se baseavam em uma ampla crítica a esquerda e a defesa de uma aproximação com o bloco ocidental, especialmente com os Estados Unidos, então governado pelo presidente Donald Trump (Lima e Albuquerque 2019). Assim como Jair Bolsonaro, o líder estadunidense retoma uma retórica nos moldes da Guerra Fria, com a finalidade de estabelecer um ideário nacionalista, de exaltação dos valores norte-americanos e de forte oposição a visões relacionadas à esquerda.

A economia foi guiada pela retórica defesa da implementação de uma política liberal e de não interferência estatal. Dessa maneira, a promessa era de retomar o crescimento brasileiro e de privatizar empresas estatais, já que atuavam em um sistema caracterizado pela corrupção. Todavia, observa-se que os objetivos de melhorar a situação econômica do país não foram conquistados, de forma que os quatro anos de governo apresentaram uma redução do PIB e do investimento, crise inflacionária e aumento do desemprego. Esses índices econômicos foram agravados pela pandemia de Covid-19, a qual promoveu uma profunda recessão no Brasil (Chernavsky 2023).

Como efeito, Bolsonaro perde apoio eleitoral após o agravamento da situação econômica, a má gestão dos efeitos da pandemia, o surgimento de escândalos de corrupção e a piora nos índices sociais. Portanto, o discurso em prol de uma “nova política” e anti-*establishment* ficara somente nas palavras (Chernavsky 2023). Com isso, o presidente perde as eleições de 2022, marcadas por um grande acirramento, e Lula garante seu terceiro mandato como presidente do Brasil.

As percepções acerca do governo de Jair Bolsonaro indicam uma turbulência política, econômica e social vivenciada em seu mandato. Essa perspectiva apresenta uma similitude com a realidade presenciada por Dutra e Castello Branco, de modo que os três líderes citados passam a desempenhar ações que visavam sua garantia no poder e contorno do cenário que transparecia no país.

4. Relações Brasil-Estados Unidos nos governos Dutra, Castello Branco e Bolsonaro

4.1 Governo Dutra (1946-1951)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o cenário internacional presencia um período histórico marcado por uma série de modificações. Observa-se, a ascensão de duas grandes potências – EUA e URSS, as quais estabelecem um relacionamento pautado em tensões de cunho político e ideológico. A eclosão da Guerra Fria acarretou um novo direcionamento mundial, que se baseava na hegemonia estadunidense, na influência dos soviéticos e no colapso da Europa no contexto global (Doratioto et al. 2022).

2. Olavo de Carvalho (1947–2022) foi uma figura que conquistou influência após a vitória de Jair Bolsonaro. Dessa maneira, se autointitulava como filósofo e obteve uma grande participação nas tomadas de decisão do governo, visto que possuía uma forte ligação com a família Bolsonaro. Visão reacionária, ideias conspiracionistas, subversão a instituições democráticas e oposição a visões de esquerda foram aspectos fundamentais do pensamento olavista. Logo, seu posicionamento formou a base das ideias e ações de grande parte da extrema direita no Brasil (Calil 2021).

Sob essa perspectiva, os Estados Unidos promovem um processo que visava a garantia de sua influência em determinadas regiões do mundo. Para tanto, seus vizinhos americanos são, naturalmente, os escolhidos, no intuito de que esses países deveriam se orientar a partir das linhas gerais ditadas pelo governo estadunidense (Cervo e Bueno 1992).

Na esfera econômica, o sistema internacional passa a ser regido pela Conferência de Bretton Woods, que estabelece novas diretrizes para o funcionamento das relações comerciais entre as nações. Esse modelo enfatizava a importância de recompor o comércio internacional, reduzir as barreiras alfandegárias e possibilitar a criação de regulamentações nacionais para a livre circulação de mercadorias. A conferência também foi responsável pela criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Moura 1990).

Internamente, o Brasil também testemunhava um cenário de mudanças, visto que com o fim da Era Vargas, o país inicia um processo de redemocratização. Para mais, a política externa da equidistância pragmática³ implementada por Getúlio, aos poucos é abandonada em detrimento de um progressivo alinhamento à posição norte-americana (Moura 1990).

Com a posse de Eurico Gaspar Dutra (PSD) como presidente em 1946, o Brasil foi enquadrado nas bases do panorama internacional vivenciado na época de forte defesa ao modelo econômico liberal e da escolha de uma potência da Guerra Fria para se aliar. Assim, Dutra buscou consolidar um alinhamento incondicional aos Estados Unidos, já que os norte-americanos poderiam auxiliar o Brasil em seu projeto desenvolvimentista (Cervo e Bueno 1992).

O primeiro Ministro de Relações Exteriores a firmar os princípios que nortearam a política externa de Dutra foi João Neves da Fontoura. Suas ideias visavam, em especial, a ênfase de iniciativas para uma cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos. Diante de um cenário pautado pela Guerra Fria, o Brasil mostrava-se como uma importante liderança para assegurar a proteção da América Latina contra possíveis investidas dos soviéticos (Moura 1990).

Sob essa retórica, é criada em 1946 uma Comissão Militar Brasil-Estados Unidos, com o intuito de desempenhar uma cooperação brasileiro-americana para o treinamento de soldados e fornecimento de equipamentos. Desse modo, as Forças Armadas brasileiras recebem auxílio técnico e uma introdução aos padrões militares estadunidenses. Fruto desse processo, em 1949 é criada a Escola Superior de Guerra (ESG) no Brasil (Moura 1990).

Em outubro de 1946, Raul Fernandes é convidado por Dutra para representar o cargo de Ministro de Relações Exteriores. Nesse sentido, o novo chanceler apresentava um forte interesse em aprofundar o relacionamento com os Estados Unidos, dado que essa seria a única forma de combater uma possível guinada da esquerda na América Latina (Moura 1990).

De mesmo modo, a delegação brasileira na ONU buscou se alinhar de maneira fiel aos posicionamentos defendidos pelo governo norte-americano. A orientação

3. A equidistância pragmática foi um movimento de equilíbrio observado nas relações do Brasil com os Estados Unidos e a Alemanha. Foi uma política adotada por Getúlio Vargas, que tinha como objetivo aumentar a capacidade de barganha do governo brasileiro (Doratioto et al. 2022).

transmitida aos diplomatas era de seguir os mesmos passos que a delegação dos Estados Unidos (e da Grã-Bretanha, secundariamente). Logo, o Brasil empreende ações de oposição a regimes de caráter comunista e de apoio a iniciativas de governos antissoviéticos. A defesa da Partilha da Palestina pelo governo brasileiro foi um exemplo do alinhamento aos ditames das grandes potências, visto a influência da comunidade árabe no país (Moura 1990).

É importante salientar, que a delegação brasileira na ONU era chefiada por Oswaldo Aranha⁴. Dessa maneira, Aranha reconhecia a importância da aproximação com os Estados Unidos, mas que deveria ser realizada de forma mais discreta. Como efeito, houve uma série de divergências entre a Secretária do Ministério de Relações Exteriores do Brasil e a delegação da ONU. De um lado, Fernandes defendia uma aliança inflexível com os estadunidenses; do outro, Aranha via como problemático o alinhamento incondicional ao Norte, de modo que o Brasil poderia estar desempenhando um papel “ingênuo” diante das disputas internacionais (Moura 1990).

Outro evento importante que impactou no alinhamento Brasil-Estados Unidos, é a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) no Rio de Janeiro em 1947. O tratado ficou conhecido por definir mecanismos de segurança e defesa da América Latina contra ameaças externas (Cervo e Bueno 1992). Assim, as ações do continente americano deveriam ser promovidas a fim de conter um possível avanço comunista na região. Contudo, o TIAR se mostrou, na realidade, como um instrumento para a realização dos objetivos estratégicos dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos (Doratioto et al. 2022).

Em 1948 é estabelecida a Missão Abbink que se caracterizava pela implementação de uma comissão técnica entre Brasil e Estados Unidos. O intuito era analisar a condição econômica brasileira e as melhores opções para alavancar seu crescimento. Todavia, o resultado desta Missão mostrava que os recursos para essa expansão deveriam ser disponibilizados pelo próprio Brasil, sem a possibilidade de financiamento externo (Bastos 2010).

Em contrapartida, as crenças de um possível auxílio econômico com os Estados Unidos não se apagaram. Em 1949, Raul Fernandes faz uma viagem ao país, com o objetivo de propor uma intensificação das relações entre as duas nações, no aspecto econômico. De acordo com declarações dadas ao *Jornal Correio da Manhã*:

Os presidentes Dutra e Truman deram instruções às autoridades competentes de seus respectivos governos, para que empreendessem imediatamente o exame das possibilidades de intensificação das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos’ disse o ministro Raul Fernandes ‘Esses estudos já estão sendo feitos’, acrescentou. [...] Acrescentou que o governo norte-americano, a imprensa, o povo e muitas sociedades, receberam o presidente Dutra calorosissimamente e que ‘isso bastaria para que nós considerássemos um sucesso a sua visita’ (Raymont 1949, 16).

Entretanto, a noção de que o Brasil possuía uma posição especial ao lado dos Estados Unidos não se mostrou concreta. Por sinal, as intenções do governo norte-americano não estavam situadas no sistema interamericano, mas sim, na ampliação

4. Oswaldo Aranha (1894-1960) foi um político, diplomata e advogado brasileiro. Em 1934 foi nomeado embaixador nos Estados Unidos sob o governo de Getúlio Vargas. Foi responsável por promover uma série de diálogos entre os dois países, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1947, assume a chefia da delegação brasileira na ONU a convite de Dutra (Aranha 1994).

do relacionamento com Europa, Ásia e África. Dessa forma, as únicas expressões de interesse dos estadunidenses estavam no fato de manter os países latino-americanos em sua condição de primário-exportadores, bem como, garantir a estabilidade social e política que protegeriam seus ideais (Moura 1990).

O alinhamento com os Estados Unidos torna-se mais brando e pragmático nos governos que sucederam Dutra. No entanto, o cenário de bipolaridade no ambiente externo somado ao conturbado contexto interno nos anos 1960, tornaram possível o restabelecimento do relacionamento automático com os Estados Unidos, com o intuito de reaver o direcionamento que o país estava tomando. É nesse momento que o Brasil inicia o processo de implementação do regime militar, com a subida de Castello Branco ao poder.

4.2 *Governo Castello Branco (1964-1967)*

Nos anos 1960, as divergências entre Estados Unidos e União Soviética ainda eram verificadas. É a partir desse período que se inicia a fase da Guerra Fria conhecida como *Détente*, que se caracterizava por um afrouxamento das tensões entre os dois países. No entanto, as preocupações com a influência soviética ao redor do mundo ainda eram sinalizadas pelo governo norte-americano. Nesse sentido, a hegemonia estadunidense sobre o continente americano não foi cessada, a fim de impedir um possível avanço comunista na localidade.

No Brasil, as atenções também estavam presentes nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Dessa maneira, muitas ações e reformas implementadas pelos dois presidentes foram apontadas como subversivas, de modo que poderiam desafiar a ordem interna do país. Para mais, o estabelecimento da Política Externa Independente foi visto com maus olhares por parcelas da população, em razão do firmamento de relações do governo brasileiro com regimes comunistas, como a URSS e a República Popular da China (Carmo 2018).

A instabilidade política aliada à crise econômica vivenciada na época foram responsáveis por promover uma perda de legitimidade e credibilidade pela sociedade brasileira, especialmente no governo de Jango. Com a finalidade de fomentar uma “correção de rumos” do Brasil, em 1964 é instaurado o golpe civil-militar. Humberto de Alencar Castello Branco torna-se o primeiro presidente da ditadura militar brasileira (Fausto 2019).

O governo estadunidense foi o primeiro a reconhecer o golpe realizado pelos militares. O presidente Lyndon Johnson ofereceu o apoio dos Estados Unidos para o novo regime estabelecido. Nota-se, em documentos divulgados posteriormente, que o governo estadunidense observava a presidência de Goulart com certo cuidado, devido suas ações políticas mais ligadas à esquerda (Gordon, s.d.). Em vista disso, por meio da Operação Brother Sam encabeçada pelo ex-embaixador norte-americano no Brasil Lincoln Gordon, os Estados Unidos deram suporte ao processo de consolidação da ditadura brasileira (Faria 2018).

Por esse motivo, Castello Branco ressaltava o aprofundamento automático de relações com os Estados Unidos e com países europeus ocidentais. Para o militar, a vinculação com essas nações era mais do que necessária naquele momento, com a finalidade de permitir a manutenção da segurança, em especial, na América Latina

(Doratioto et al. 2022).

Logo, o antigo regime da Política Externa Independente, que se baseava na autonomia e independência foi substituída pela interdependência política, econômica e militar com o Ocidente. Os princípios da PEI não conseguiram ser completamente abandonados, porém, ainda assim eram criticados por não responder às aspirações nacionais e limitar a soberania brasileira (Cervo e Bueno 1992), conforme exemplificado abaixo no discurso proferido por Castello Branco na posse dos novos diplomatas no Itamaraty:

À expressão «política de independência» tem sido deturpada e perdeu utilidade descritiva. Foi apresentada como inelutável inovação, ignorando que o conceito de independência só é operacional dentro de determinadas condicionantes práticas. É um objetivo e não um método. No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio de posição político-ideológica entre os dois centros de poder, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político [...] similarmente, no campo econômico, o reconhecimento da interdependência é inevitável, não só no comércio, mas sobretudo no tocante a investimentos (BRASIL 1964).

O Ministro de Relações Exteriores de Castello Branco foi Vasco Leitão da Cunha. O chanceler ficou conhecido por sustentar uma convergência de valores com os Estados Unidos, bem como, um apoio à hegemonia estadunidense na América Latina. Observa-se que as relações com os países latino-americanos ficaram em segundo plano durante esse contexto (Cervo e Bueno 1992).

Juracy Magalhães foi o responsável por assumir o cargo de embaixador brasileiro nos Estados Unidos. Sua célebre frase “O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”, demonstrava a valorização de uma aproximação com os interesses norte-americanos. Para tanto, o governo brasileiro procurou exercer um papel de líder regional, com a finalidade de garantir a segurança de seus vizinhos sul-americanos. Assim, esperava-se a conquista de um tratamento diferenciado do país pelos seus parceiros do Norte (Simões 2010).

Logo, o campo militar foi marcado pela sustentação da Teoria dos Círculos Concêntricos formulada por Golbery Couto e Silva. Suas ideias se baseavam na divisão do mundo em três regiões: América Latina, continente americano e mundo além-mar. As duas primeiras regiões deveriam representar o cerne das observações, a fim de consolidar uma aliança contra o comunismo. Diante desse cenário, havia um desejo do Brasil de promover a criação de uma Força Interamericana de Paz Permanente com a liderança do Brasil na América do Sul, mas que foi frustrada pela falta de apoio dos países (Simões 2010).

Outro acontecimento relevante nas relações exteriores do Brasil durante esse período foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, em razão da adoção do regime socialista pela ilha. Ademais, a Venezuela suspende o relacionamento com o Brasil após a instauração da ditadura militar, devido à Doutrina Betancourt implementada pelo governo venezuelano, que previa uma contrariedade a governos oriundos de golpe de Estado (Simões 2010).

Com o recrudescimento da repressão e da centralização do poder adotada por Castello Branco, particularmente após o estabelecimento do AI-2, os Estados Unidos passam a afastar cada vez mais sua parceria com o Brasil. Além disso, o presidente sofria

um processo de duras críticas da vertente “linha-dura” dos militares, em virtude da subserviência aos Estados Unidos. Segundo Cervo, a “correção de rumos” do país não surte os resultados esperados, além de que a política externa do governo se mostrou equivocada. A cooperação econômica, política e militar tão almejada entre os dois países, não se sucedeu da forma como era ansiada (Cervo e Bueno 1992).

Após o fim da ditadura militar, os períodos posteriores a redemocratização presenciaram o aumento da credibilidade da diplomacia brasileira. Seus princípios até então estabelecidos – autonomia, independência, não intervenção, cooperação para paz, meio-ambiente e direitos humanos – ganharam a pauta das práticas adotadas pelos próximos presidentes, bem como, a diversificação de parcerias com outros países. Entretanto, a partir de 2019, o governo de Jair Bolsonaro promove uma reversão desses aspectos, além da volta de certos ideais exaltados durante a ditadura, como por exemplo, o alinhamento fiel aos Estados Unidos.

4.3 Governo Bolsonaro (2019–2022)

A partir dos anos 2010, observa-se que o multilateralismo começa a expressar sinais de fragilidade. Com a eclosão da crise de 2008, muitas nações passam a questionar o processo de interdependência gerado a partir do fortalecimento das relações com diferentes Estados (Lima e Albuquerque 2019). No Brasil, o governo de Dilma Rousseff se caracterizou por determinar o início de um declínio das relações internacionais do país, com a adoção de uma visão mais centralizada da política exterior. Todavia, os pressupostos centrais da diplomacia brasileira continuaram a vigorar até o ano de 2019 (Cervo e Lessa 2014).

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro é eleito presidente, todavia, durante sua campanha, e posteriormente, com a implementação de ações práticas, Bolsonaro defendia um reordenamento da política, apoiado em uma visão conservadora e de confrontação do establishment. Logo, seria necessária uma redefinição do direcionamento do país, que deveria se basear no modelo ultraliberal, bem como, no retorno dos valores ocidentais e de muitos ideais difundidos durante a ditadura, como a hierarquia e os “bons costumes”, tendo em vista o passado de Bolsonaro na carreira militar (Doratioto et al. 2022).

No que diz respeito à política externa, Ernesto de Araújo é convidado para ocupar a vaga de Ministro de Relações Exteriores. A escolha do chanceler foi vista como controversa pelo diplomata pertencer a uma ala não tradicionalista no Itamaraty, ter um discurso que clamava pela mudança e pela quebra de padrões, e por não estar no topo da hierarquia da carreira diplomática⁵. Com isso, nota-se um prenúncio da adoção de um viés ideológico, capaz de guiar os novos rumos das relações exteriores do Brasil (Saraiva 2020).

Em vista disso, foi defendida a imprescindibilidade de uma mudança na orientação da política externa. Logo, foi empregado o início de um aprofundamento do relacionamento com os Estados Unidos, o revisionismo de instituições regionais e o distanciamento de países latino-americanos (especialmente os governados pela esquerda)

5. Ernesto de Araújo, antes de sua indicação para o cargo de Ministro de Relações Exteriores no governo Bolsonaro, ocupava a chefia do Departamento de Estados Unidos e Canadá, considerada como uma posição de terceiro escalão pelo Itamaraty. Esse acontecimento contraria a tradição diplomática, que costumeiramente, busca nomear como chanceleres, os diplomatas do topo da carreira, como os Ministros de Primeira Classe, que já chefiaram embaixadas brasileiras (Paraguassu 2018).

(Wietchikoski e Svartman 2020). Além disso, buscou-se priorizar as relações bilaterais, em detrimento do multilateralismo, de modo que o governo brasileiro deveria seguir as diretrizes de Washington no que se refere à ONU, ao Mercosul, à Venezuela, à China e à Argentina (Doratioto et al. 2022).

O governo de Donald Trump foi extremamente elogiado e símbolo de admiração por Bolsonaro e Araújo. O presidente norte-americano tinha um discurso de extrema-direita que apelava para a defesa de uma economia liberal e retomada dos valores nacionalistas a partir do jargão “*Make America Great Again*”. O enfrentamento a regimes de esquerda, como China e Venezuela, foi uma característica marcante de seu mandato (Saraiva 2020). Nesse sentido, o fortalecimento do relacionamento com o parceiro do Norte foi ressaltado, conforme observado em uma declaração à imprensa de Jair Bolsonaro na Casa Branca, publicada pelo canal da Agência Brasil:

[...] Sempre fui um grande admirador dos Estados Unidos e essa admiração aumentou com a chegada de Vossa Excelência na presidência. Este nosso encontro retoma uma antiga tradição de parceria e ao mesmo tempo abre um capítulo inédito na relação entre o Brasil e os Estados Unidos. Hoje destravamos assuntos que já estavam na pauta há décadas e abrimos novas frentes de cooperação. Esta é a hora de superar velhas resistências e explorar todo vasto potencial que existe entre o Brasil e Estados Unidos. Afinal, hoje o Brasil tem um presidente que não é antiamericano, caso inédito nas últimas décadas [...] (BRASIL 2019).

A primeira visita internacional de Bolsonaro foi aos Estados Unidos, e não à Argentina, como era de costume desde a redemocratização (Wietchikoski e Svartman 2020). Durante sua estadia, o presidente brasileiro apresentou o interesse do Brasil em se tornar um membro Extra-Otan e um integrante da OCDE, que posteriormente, foram negados pelos estadunidenses. As divergências com as Nações Unidas, a confrontação com a China e as críticas ao Acordo de Paris e ao Pacto Global de Migrações representaram aspectos que mostram a equiparação às indicações ditadas pelos Estados Unidos (Saraiva 2020).

Ademais, ocorreram negociações para a compra da Embraer pela Boeing, empresa norte-americana do ramo de aeronáutica. Bolsonaro enfatizava que esse acontecimento seria essencial para o fortalecimento de laços com os seus parceiros norte-americanos. No entanto, a venda não consegue ser sustentada, em razão da série de prejuízos causados ao país, como a alta dependência internacional, a perda do potencial do setor e a subordinação aos Estados Unidos (Thomaz, Vigevani e Ferreira 2021). Para mais, a entrega da Base de Alcântara para a exploração de empresas estadunidenses foi uma expressão da perda de autonomia da política externa brasileira (Thomaz, Vigevani e Ferreira 2021).

A intenção de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, o desengajamento em relação ao Mercosul e aos Brics, as declarações ríspidas ao governo de Nicolás Maduro, a defesa da construção do muro na fronteira EUA-México, bem como, a tentativa frustrada da indicação de seu filho, Eduardo Bolsonaro, para cargo de embaixador nos Estados Unidos, se constituíram de algumas das atuações de Bolsonaro que sincronizavam com as linhas gerais do governo de Donald Trump (Menezes 2019).

Nesse sentido, a ruptura de paradigmas foi estabelecida, com o intuito de ganhar credibilidade perante a sociedade. Esse panorama mostra-se evidente no que concerne ao relacionamento com a China, maior parceiro comercial do Brasil. Apesar da crescente dependência com o gigante asiático, Bolsonaro buscou um estreitamento de

laços com os Estados Unidos, com vistas a adotar uma postura de confrontação e críticas ao governo chinês. O pragmatismo perde espaço para uma agenda ideológica, que se assemelhava às posições de Donald Trump, mas que concomitantemente, demonstrava um descompasso entre o discurso e as relações materiais existentes entre Brasil e China (Ramos, Leite e Mendonça 2022).

Consequentemente, as relações Brasil-Estados Unidos não produziram ganhos efetivos para o interesse nacional brasileiro. A perda de autonomia, o isolamento internacional e o comprometimento do desenvolvimento nacional são verificados nesse período. Assim como os governos de Dutra e Castello Branco as promessas de auxílio político, financeiro e militar ficaram apenas nas palavras e não se concretizaram para o atendimento das necessidades e funcionalidades do Brasil.

5. Análise comparativa entre os governos Dutra, Castello Branco e Bolsonaro

5.1 Política Doméstica

Ao discorrer sobre as perspectivas gerais das políticas domésticas de Dutra, Castello Branco e Bolsonaro observa-se que os três presidentes estiveram inseridos em um ambiente de polarização. Desse modo, Dutra presenciou um momento conturbado, no qual Vargas é retirado do poder, apesar de ainda possuir um amplo apoio popular. Esse momento foi caracterizado pela divisão entre uma parcela da população que desejava o retorno do governo varguista e seu forte apreço pela implementação do aparelho estatal na sociedade e uma que ansiava por uma mudança de rumos e diminuição da intervenção do Estado (Fausto 2019).

Sob esse aspecto, Dutra buscou se afastar da figura de Vargas, posto que promoveu críticas a esse modelo de intervencionismo estatal e configurou um novo sistema baseado no liberalismo, apoio ao capital privado e com liberdade comercial e econômica. Além disso, o presidente fazia fortes contestações a quaisquer movimentos que fossem em desencontro com o objetivo proposto, especialmente aqueles ligados à esquerda.

De maneira análoga, Castello Branco tinha como meta distanciar o Brasil de qualquer aspecto político voltado para a esquerda. Em razão disso, o militar foi eleito com o discurso de livrar o país de uma ameaça comunista e retomar os valores liberais, cristãos e ocidentais (Fausto 2019). A finalidade era acabar com a herança deixada pela figura muito criticada de João Goulart e implementar ações opostas para conquistar legitimidade em um cenário polarizado.

Por fim, Jair Bolsonaro foi eleito sob um ideário de “anticorrupção” e “antipetismo”, de maneira que procurava se afastar de políticas desenvolvidas e implementadas pelos ex-presidentes do PT, como Dilma Rousseff e Luís Inácio Lula da Silva (Chernavsky 2023). Logo, o governo Bolsonaro se sustentava pelo apoio ao conservadorismo, às ações cometidas pela ditadura militar e pelo resguardo dos valores tradicionais da família. Ademais, foi responsável por fomentar inúmeras críticas à esquerda e por defender um modelo ultraliberal.

Apesar de nossas análises acontecerem em três momentos históricos diferentes, observa-se que as políticas domésticas de Dutra, Castello Branco e Bolsonaro possuíram peculiaridades similares. Inseridos em um ambiente de forte polarização, no qual a sociedade demandava por mudanças, os ex-presidentes buscaram apresentar uma imagem diferente, pautada na defesa de um redirecionamento na política. Sob esse

cenário, procurava-se uma maior aceitação da população e uma legitimação de seus mandatos no cenário político. O conservadorismo, tradicionalismo, patriotismo e ocidentalismo foram aspectos propagados para a obtenção de apoio popular.

A oposição constante a movimentos de esquerda também esteve presente ao longo do governo dos três líderes, de modo que o modelo liberal e de abertura econômica eram amplamente defendidos, apesar de muitas vezes se utilizarem do aparelho estatal, e intervirem na economia. No entanto, os governos de Dutra, Castello Branco e Bolsonaro possuíram uma série de problemas internos, que inviabilizaram o sustento no poder.

Assim, no tocante à política doméstica, Dutra presenciou um processo de redemocratização após a implementação do Estado Novo de Vargas. O apelo a volta de Getúlio era defendido por parcelas dos brasileiros, de modo que o ambiente se torna mais incerto e polarizado. Castello Branco foi o primeiro presidente da ditadura militar brasileira, a qual foi implementada com o intuito de corrigir os rumos do país para a consolidação de uma democracia que não adotasse práticas relacionadas à esquerda. Já Bolsonaro também se adentrou em um contexto democrático, mas que apresentava sinais de debilidade após a instauração de uma crise política e econômica. O crescimento do uso das redes sociais foi um fator que colaborou para a recrudescência de críticas às instituições democráticas, ao Estado de direito e aos membros de determinados cargos e partidos políticos.

5.2 *Política Externa e o Relacionamento Brasil-EUA*

A relevância do relacionamento com os Estados Unidos é um aspecto inerente na política externa brasileira. Decerto, a posição de influência norte-americana no sistema internacional sempre foi fonte de consideração por diferentes governantes no Brasil (Mariano 2015). Ao longo da tradição das relações entre os dois países, foram observadas as perspectivas gerais do alinhamento nos governos de Dutra, Castello Branco e Bolsonaro. Os três presidentes buscaram estabelecer uma aproximação incondicional com seu parceiro, a fim de promover uma convergência de valores, que permitiria possíveis vantagens para a sociedade brasileira.

Tendo em vista que o fator histórico é um aspecto a ser considerado, Dutra e Castello Branco estiveram inseridos em um cenário de Guerra Fria. Diante de uma perspectiva bipolar tornava-se inevitável uma gradual aproximação com uma das duas grandes potências. A escolha do relacionamento com os Estados Unidos já era esperada, dado o controle do país sobre a América Latina ao longo do século XX. Com o término da Guerra Fria, Bolsonaro enfrentou um novo perfil do sistema internacional. Este, não se baseava mais em uma ótica de bipolaridade, porém apresentava movimentos de insatisfação da ordem multilateral, de maneira que os Estados passam a eleger representantes que detinham um olhar mais protecionista e nacionalista.

As relações exteriores empreendidas pelos três governantes se assemelharam na medida em que estabeleceram uma contraposição à política externa dos governos anteriores aos seus mandatos. Dutra buscou promover um progressivo alinhamento com os Estados Unidos, em detrimento, da prática da equidistância pragmática de Vargas, que visava estabelecer um movimento “pendular” entre dois países, com a finalidade de observar qual dos lados proporcionaria os melhores recursos para o

desenvolvimento do país. Castello Branco se afastou dos ideais ressaltados pela Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, com a intenção de desvincular sua imagem de uma “posição à esquerda” e de “autonomia”, visto que esses aspectos não seriam favoráveis a um ambiente de bipolaridade, que requereria o apoio dos Estados Unidos. Bolsonaro tinha como propósito a reversão da política externa “ideológica” dos governos do PT, de maneira que o Brasil estaria sujeito a uma aproximação com os valores ocidentais.

Nesse sentido, o relacionamento com os Estados Unidos sob o governo dos três presidentes se caracterizou pela adoção de uma perspectiva ideológica e conservadora. Assim, muitos esforços foram alavancados com o objetivo de aprofundar o relacionamento entre as duas nações, e com isso, possibilitar a conquista de um apoio norte-americano para as demandas internas brasileiras. Os discursos de Dutra, Castello Branco e Bolsonaro enfatizavam a importância das relações Brasil-Estados Unidos e apelavam para uma oportunidade de cooperação entre os países, especialmente nas áreas econômica e militar.

Entretanto, as atenções do governo estadunidense não estiveram muito presentes sobre o Brasil durante esses momentos. Nos anos 1950, a preocupação dos Estados Unidos estava localizada na reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial e impedir a propagação do regime soviético na localidade. No decorrer da década de 1960, o período da *Détente* da Guerra Fria promove iniciativas para o estabelecimento de um cenário de cooperação entre as duas potências. Diante disso, as aspirações para uma aliança com os norte-americanos, para o enfrentamento do comunismo na América Latina, foram vistas como anacrônicas, além de que o apoio à ditadura militar brasileira logo foi cessado em razão do avanço de medidas autoritárias no país (Cervo e Bueno 1992). Com Donald Trump no poder, os Estados Unidos passam por um processo de nacionalismo e protecionismo. Logo, o relacionamento com os demais países baseou-se em um caráter ideológico e que, em diversas vezes, ficou meramente nas palavras.

Portanto, a perspectiva de alinhamento automático com os Estados Unidos nos governos Dutra, Castello Branco e Bolsonaro não conferiram frutos concretos para o Brasil. A política externa foi utilizada não como ferramenta, mas sim, como objetivo para a obtenção de um auxílio estadunidense nas necessidades brasileiras em torno dos seguimentos político, militar e econômico. Todavia, as solicitações não foram atendidas da maneira como eram esperadas, em razão das condicionantes do contexto histórico vivenciado pelos estadunidenses, bem como, da adoção de ações que priorizaram relações com uma única nação.

6. Considerações finais

Eurico Gaspar Dutra, Humberto de Alencar Castello Branco e Jair Messias Bolsonaro foram três ex-presidentes brasileiros militares que se caracterizam por estabelecerem discursos pautados na exaltação do conservadorismo, do nacionalismo, do ocidentalismo, e de fortes críticas a movimentos de esquerda. Essas personalidades estiveram inseridas em um ambiente doméstico de forte polarização e de insatisfação aos governos anteriores a seus mandatos. Em vista disso, os três governantes buscaram se afastar da imagem dos governos anteriores, com a intenção de ganharem legitimidade em um

contexto conturbado na sociedade brasileira.

No tocante à política externa, Dutra, Castello Branco e Bolsonaro promoveram uma forte aproximação com Washington e construíram um alinhamento político-ideológico com os norte-americanos, no sentido de alcançar uma possível cooperação entre os dois países. Parceiro histórico brasileiro, os Estados Unidos, desempenharam um papel significativo no direcionamento da trajetória das relações exteriores do Brasil. Entretanto, sob a liderança dos três governantes o alinhamento ocorreu de maneira profunda e se caracterizou como *americanismo ideológico*.

Do mesmo modo que ocorreu na política doméstica, os três presidentes procuraram se distanciar das políticas externas adotadas pelos governos anteriores, como forma de reconduzir os rumos do país e conquistar uma maior aceitação com os novos feitos. Porém, o desinteresse norte-americano em fomentar um auxílio ao Brasil aliado ao relacionamento fiel promovido durante os três governos, sem grandes perspectivas de diversificação, foram motivadores para o insucesso nos resultados esperados.

Portanto, ainda que o momento histórico diferente entre os presidentes seja uma condicionante para a análise, observa-se que a aproximação incondicional com os Estados Unidos não logrou os ganhos desejados sob as três presidências, conforme demonstrado ao longo do trabalho. Nesse sentido, nota-se que a perspectiva do americanismo ideológico dificilmente ganha espaço na política externa brasileira, em razão da tradição diplomática no Brasil ensejar a autonomia e o pragmatismo nas relações exteriores.

Recebido em: 07/12/2023.

Aprovado em: 08/05/2024.

Referências

- Aranha, Oswaldo. 1994. *Oswaldo Aranha, 1894/1960: discursos e conferências*. Volume 21. Fundação Alexandre de Gusmão.
- Bastos, Pedro Paulo Zahluth. 2010. Liberal Esclarecido ou Aliado Fiel? Sobre a Natureza da Política Econômica Externa Brasileira no Governo Dutra (1946-1951). *Revista EconomiA* 11 (4): 285-320. https://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n4p285_320.pdf.
- BRASIL. 2019. *Declaração à Imprensa dos presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump*. YouTube. Acesso em: 3 jan. 2009. <https://www.youtube.com/watch?v=UwJe6Gm70dA&t=593s>.
- BRASIL, Presidente (1964-1967: Castello Branco). 1964. *Discurso na solenidade de entrega de diplomas aos alunos que concluíram o curso para carreira diplomática*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/25.pdf/@@download/file/25.pdf>.

- Calil, Gilberto. 2021. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. *Argumentum* 13 (2): 64–82.
- Carmo, Gessica Fernanda do. 2018. Os soldados de terno? Ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969). Tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Cervo, Amado Luiz e Clodoaldo Bueno. 1992. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática.
- Cervo, Amado Luiz e Antônio Carlos Lessa. 2014. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). *Rev. Bras. Polít. Int.*, 133–151.
- Chernavsky, Emilio. 2023. *Entre as piores do mundo: um balanço da economia brasileira no governo Bolsonaro*. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-da-economia-contemporanea/entre-as-piores-do-mundo-um-balanco-da-economia-brasileira-no-governo-bolsonaro/>.
- da Silva, Érika. 2011. *O Paeg – Plano De Ação Econômica Do Governo – (1964-1967) E As Reformas Institucionais: Elementos Constitutivos Do Planejamento Estratégico Federal*. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/semanageounicamp/article/view/3373/3236>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva, Carlos Eduardo Vidigal, Antônio Carlos Lessa e Henrique Altamani de Oliveira. 2022. *História das Relações Internacionais do Brasil*. Editora Saraiva.
- Fausto, Boris. 2019. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Gordon, Lincoln. s.d. [*Lincoln Gordon's Top Secret Documents*]. <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/bz02.pdf>.
- Lima, Maria Regina Soares de e Marianna Albuquerque. 2019. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. *Boletim OPSA*, número 1, 15–21. <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/07/26/o-estilo-bolsonaro-de-governar-e-a-pol%C3%ADtica-externa>.
- Mariano, Marcelo Passini. 2015. *Autonomia e desenvolvimento na política externa brasileira*. São Paulo: Editora UNESP.
- Mendes, Lilian Marta Grisolio. 2012. Aliança e recompensa: a política de alinhamento do Governo Dutra nos primórdios da Guerra Fria no Brasil. *Revista Opsi* 12 (2): 106–124. <https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/view/18336/12821>.
- Menezes, Roberto Goulart. 2019. Governo Bolsonaro: a busca de “relações carnis” com os Estados Unidos de Trump? Em 5º *Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/Roberto_Goulart_completo.pdf.
- Moura, Gerson. 1990. *O ALINHAMENTO SEM RECOMPENSA: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Nabuco, Joaquim. 2011. *Joaquim Nabuco, o Embaixador (Volume I: 1905-1907)*. Fundação Alexandre de Gusmão.

- Paraguassu, Lisandra. 2018. *Diplomatas reagem mal à indicação de Araújo ao Itamaraty e apontam quebra de hierarquia*. <https://www.reuters.com/article/politica-mre-araujo-reacao-idLTA KCN1NJ379>.
- Pinheiro, Leticia. 2000. Traídos pelo desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. *Contexto Internacional* 22 (2): 305–335.
- Ramos, Leonardo, Alexandre Leite e Filipe Mendonça. 2022. Brazil and the China–US Rivalry: There and Back Again. Em *China–US Rivalry and Regional Reordering in Latin America and the Caribbean*, editado por Evan Medeiros e Jude Kuo, 184–205. Nova Iorque: Routledge.
- Reigoto, Luhan Martins. 2017. Governo Dutra: cenário externo, debate interno e política econômica (1946–1951). Em *XII Congresso Brasileiro de História Econômica 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.
- Saraiva, Miriam Gomes. 2020. The democratic regime and the changes in Brazilian foreign policy towards South America. *Brazilian Political Science Association*, 1–39.
- Silva, Alexandra de Melo e. 1995. O Brasil no Continente e no Mundo: Atores e Imagens na Política Externa Brasileira Contemporânea. *Estudos Históricos* 8 (15): 95–118.
- Simões, Gustavo da Frota. 2010. Turbulência Política Interna e Política Externa durante o Governo Castelo Branco (1964 – 1967). Tese de doutoramento, Universidade de Brasília.
- Thomaz, Lais Forti, Tullo Vigevani e Elisa Cascão Ferreira. 2021. A política subordinada de Bolsonaro a Trump (2019–2020): Estudos de casos – Embraer, Alcântara, RDT&E e Vistos. *Sul Global* 2 (2): 199–231.
- Torres, Bárbara Benevides, Flávia Henriques Góes de Medeiros e Gabriel Fernandes Pimenta. 2019. Relações Brasil–Estados Unidos (1961–1967): Os fatores domésticos e internacionais na transição da Política Externa Independente de João Goulart para o alinhamento de Castelo Branco. *Revista Científica das áreas de Humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte* 12 (1): 50–63.
- Wietchikoski, Luciana e Eduardo Munhoz Svartman. 2020. Decifrando o “Trump tropical”: análise das percepções dos think tanks dos Estados Unidos sobre a eleição e o governo Bolsonaro. *Revista Conjuntura Austral* 11 (56).